

II SEMINÁRIO ESTADUAL PIBID DO PARANÁ

Anais do Evento



Foz do Iguaçu | 23 e 24 | Outubro 2014

ISSN: 2316-8285



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

A AÇÃO COLETIVA PELA PERMANÊNCIA E EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, NA ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO PIO X – ENSINO FUNDAMENTAL – SÃO JORGE D’OESTE, PR

Solange Fernandes Barrozo Debortoli¹

Sandra Paula Bonetti²

Silvana Formaió Vanelli³

Lilian de Souza Vismara⁴

Resumo:

Neste artigo, discorre-se sobre a organização do trabalho coletivo pela permanência da Escola Estadual do Campo Pio X – Ensino Fundamental, situada na comunidade São Pio X, na cidade de base agrária São Jorge d’Oeste, pertencente ao Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos – Paraná. Objetiva-se refletir sobre o movimento de resistência da referida comunidade escolar, junto aos bolsistas PIBID da Licenciatura em Educação do Campo, da UTFPR – Dois Vizinhos. Este trabalho se justifica pela necessidade de efetivar a oferta de Educação do Campo, no interior do sudoeste paranaense. Tem-se como hipótese, que as dificuldades enfrentadas pela permanência das escolas do interior dão-se em nome da retenção de gastos. Administradores públicos desconsideram a resistência daqueles que ainda sonham com vida digna e escola de qualidade para seus filhos, no lugar onde vivem.

Palavras-chave: Educação do Campo. Resistência. Coletividade.

Introdução

A luta pelo fortalecimento e permanência da Escola Estadual do Campo Pio X – Ensino Fundamental é tão árdua quanto a vida do pequeno agricultor paranaense, o qual dia a dia sente as consequências do sistema capitalista desumano e excludente. Nesse contexto, dominado pela exploração de multinacionais, os chamados “grandes” projetos econômicos resultam no esvaziamento do campo e na crescente massa dos excluídos às periferias das cidades. Porém, mesmo na contracorrente, há aqueles que ainda trabalham e resistem por,

[...] um campo com gente, com produção de alimentos, que valorize os sujeitos, que tenham escolas para crianças e jovens, com produção de conhecimento e cultura. Dessa maneira, conseguiremos avançar cada vez mais nas políticas públicas educacionais e na consolidação da Educação do Campo.”(Diretrizes, 2002,p.12).

Na comunhão desta perspectiva, objetiva-se interpretar e demonstrar o movimento de resistência pela permanência da escola do campo, no interior de São Jorge d’Oeste. Tal análise justifica-se pela perseverança em prol da construção da escola necessária do campo para classe trabalhadora, no município de base agrária.

1

² Acadêmica do 8º período do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Agrárias na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Câmpus Dois Vizinhos (UTFPR-DV). E-mail: spbonetti@hotmail.com.

³ Acadêmica do 2º período do Curso Superior de Licenciatura em Educação na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Câmpus Dois Vizinhos (UTFPR-DV). E-mail: vanelli.15@hotmail.com.

⁴ Professora Coordenadora de Subprojeto da Área de Ciências da Natureza e Matemática e docente na UTFPR-DV. E-mail: lilianvismara@utfpr.edu.br.

Em suma, este artigo demonstra trabalho coletivo entre bolsistas do PIBID Diversidade, educadores do campo, agricultores, vileiros, bóia-frias, organizações governamentais e não governamentais em prol da efetivação da Educação do Campo. A escola Estadual do Campo Pio X – Ensino Fundamental representa para comunidade local, um espaço de promoção da vida, da cultura, do lazer, do conhecimento científico aliado às intervenções sociais necessárias, à garantia da saúde, trabalho e qualidade de vida das famílias do campo sanjorgense, por isso torna-se pertinente a luta pelo não fechamento da escola em nome da insana retenção de gastos, através da educação.

A ação coletiva pela permanência da escola do campo

O fechamento das escolas do campo, a fim de redução de gastos públicos tem sido motivo de conflitos entre administradores públicos e comunidades do campo, os quais se manifestam em prol de que seja garantido o direito de educação escolar nas comunidades. Sem dúvida, negar a efetivação e oferta da Educação do Campo em município de base agrária fere os direitos humanos, apaga a luz da comunidade, empurra a massa de pequenos agricultores às margens das cidades, em busca de sobrevivência. Contra a força desmedida do latifúndio, ao pequeno trabalhador da terra, resta-lhe a venda da força de trabalho ou a resistência. Nesse ínterim, analisa Arroyo,

Quem são essas populações que tomaram consciência política a ponto de tornarem o século XX e continuar tornando o século XXI os mais revolucionários de nossa história? Em nossas sociedades latino-americanas são os grupos sociais que se fazem presentes em ações afirmativas nos campos, nas florestas, nas cidades, questionando as políticas públicas, resistindo á segregação, exigindo direitos. (ARROYO, 2012, p.09)

Arroyo apresenta em **Outros sujeitos, Outras pedagogias**, o reconhecimento à organizações coletivas, que agem em prol de condições de vida menos desumanas, na sociedade do latifúndio. Nesse ínterim, a contemporaneidade e seus mecanismos de alienação trazem mudanças brutais a todos os campos da vida. Assim, a escola se mantém em ressonância aos problemas sociais. Resiste ou legitima os interesses do mercado. Infelizmente, os bens necessários para uma vida digna estão nas mãos de grupos cada vez menores. Porém, mesmo em meio às dificuldades cotidianas, conforme Freire, “(...) o camponês descobre que, tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a cultura, renasce: não mais como objeto dela, mas como sujeito da história. (FREIRE, 2014, p. 30). Para o autor, o ser humano renasce e se reconstrói pelas experiências vividas e vencidas.

Assim, na histórica luta dos povos do campo, a escola é para comunidade a ferramenta necessária para construção e intervenção social para melhoria das condições de vida, àqueles que sonham com vida digna no campo. Por isso, faz alguns anos, que a Escola do Campo Pio X – Ensino Fundamental está lutando pelo não fechamento da instituição de ensino público. Desde dois

mil e oito, ouve-se que a permanência da escola não se justifica, devido ao reduzido número de educandos atendidos na escola estadual e municipal, que oscila entre setenta a oitenta educandos.

As primeiras ações contra a escola foram, registradas em prol do fechamento data o mês de agosto do ano dois mil e nove, tempo em que um cidadão anônimo sanjorgense, encaminhou via internet, à ouvidoria Estadual de Educação, o pedido de fechamento da escola, através de denúncia infundada explícita,

“Prezada Senhora Secretária de Educação do Paraná, sou cidadão sanjorgense e, através deste venho levar ao conhecimento desta secretaria, o descontentamento e indignação de muitos cidadãos deste município a respeito do funcionamento de três escolas estaduais no município de São Jorge D’Oeste.(...) nós como contribuintes, sentimo-nos indignados e até injustiçados, pois tais recursos poderiam ser revertidos a outras setores públicos mais necessitados, como saúde”.⁵

Juntos a este pedido, somaram-se denúncias diversas, denigrando o funcionamento da Escola Pio X. Dentre escolas, repudiava-se o fato dos educadores se alimentarem com a merenda escolar. Por meio de auditoria pública realizada na escola, a diretora precisou justificar que: “os professores que vem de longe trazem marmita para o almoço e esporadicamente necessitam fazer uso da mesma alimentação, que é servida aos educandos da sala de recursos”.⁶

As constantes denúncias infundadas, por menores que fossem, iam dificultando o trabalho pela efetivação de Educação, visto que a diretora Solange Fernandes Barrozo cumpria o papel de além de tarefeiro burocrático de inúmeras atividades, era também uma constante justificadora de denúncias infundadas.

Na lista de indignação do cidadão sanjorgense anônimo, somava-se denúncias de “baixo calão” a Escola de Pio X. Sugeriu-se que para diminuir o gasto do dinheiro público, todos os educandos fossem transferidos à escola do centro de São Jorge D’Oeste,

“(…) quando o ônibus passa na frente das Escolas Pio X e Iolópolis para levar os alunos até o colégio da cidade para o Ensino Médio, os alunos dessas escolas poderiam muito bem ir até a cidade para estudar, pois lá há vagas e as mesmas estrutura física e humana ser “aproveitada” minimizando os gastos públicos com educação”.⁷

A partir de então o desespero foi tomado conta da rotina de trabalho da comunidade escolar do campo Pio X. Em meio às dificuldades e incessantes denúncias infundadas, lutou-se dia-a-dia pela vida da escola. O movimento de resistência se solidificou a partir de que Licenciandos de Educação do Campo, bolsistas PIBID Diversidade da UTFPR- DV, entidades não governamentais como: CAPA- Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores e ASSESOAR- Associação de Estudos,

⁵ Documento ano 2009, cedido pela ouvidoria de Educação do Estado do Paraná, às Escolas do Campo.

⁶ Idem.

⁷ Documento ano 2009, cedido pela ouvidoria de Educação do Estado do Paraná, às Escolas do Campo.

Orientação e Assistência Social passaram a apoiar o trabalho cotidiano da comunidade escolar Pio X, orientando acertadas experiências de intervenção comunitária.

Em 2011, com a aprovação da primeira turma da Licenciatura em Educação do Campo de Dois Vizinhos, mesmo sem ser escola conveniada PIBID Diversidade, recebemos apoio constante nas ações de manifestação em defesa da permanência da escola, participação nos eventos pedagógicos, a fim de efetivar ações para realização de práticas pedagógicas de educação com formação para além do mercado de trabalho. Em 2013, a escola passou a contar com parcerias de organizações governamentais como: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Jorge D'Oeste e Secretarias de Educação, Esporte, Saúde, Cultura e Ação Social, do mesmo município. Todas as ações somaram forças para superação de desvalorização da identidade de nosso povo sofrido.

Enfim, nesta trajetória de resistência aprendeu-se a superar ou ao menos resistir ao que nos oprime. É fato que as políticas públicas da Educação do Campo foram conquistadas, mas o momento presente é de luta para que elas se efetivem na prática. Assim, educadores, educandos, organizações comunitárias do campo, pequenos agricultores, vileiros, boias-frias, carregadores de frango, funcionários públicos, bolsistas PIBID Diversidade, unem-se em prol de dias melhores para todos. Promove-se pela força coletiva acertadas experiências na área da Educação do Campo. Pois, ações coletivas garantem melhores resultados. A classe popular se fortalece pela união. As massas são oprimidas somente enquanto não apresentarem consciência de classe e amor próprio a sua identidade.

49

Considerações finais

Nas dificuldades a coletividade se fortalece. A sociedade do capital desconsidera o humano e lhe transforma em objeto. A luta pela permanência da escola do campo no município de base agrária, com nove mil habitantes representa o atraso de leitura de realidade, ou a ganância desmedida dos administradores públicos. A redução de gastos não deveria estar relacionada à educação, pois é através dela que uma sociedade pode superar seus obstáculos. São Jorge d'Oeste é município de base agrária, com menos de dez mil habitantes. A arrecadação do município é exorbitante, levando em consideração a precária condição de qualidade de vida de seus munícipes. Devido aos *royalties* da Usina hidroelétrica de Salto Osório, recebe-se aproximadamente trinta e três milhões de reais por ano. A câmara de vereadores mensalmente é de aproximadamente cento e trinta e quatro mil reais por mês, não poderia desconsiderar a importância da educação do campo para o município. São Jorge d'Oeste tem aproximadamente oitocentas famílias de pequenos produtores. O trabalho incansável pela permanência da Escola Estadual do Campo Pio X – Ensino

Fundamental, solidifica-se pela ação e apoio constantes dos educadores em formação, hoje reconhecidos por bolsistas PIBID Diversidade, juntamente com organizações governamentais e não – governamentais do campo.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, Brasília, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FREIRE, Paulo, 1921 -1997. **Pedagogia do Oprimido**. 56. Ed.rev e atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.